

POLÍTICA

# Adiada a votação no plenário. Vitória dos moderados.

E eles garantem que vão conseguir maioria para alterar o regimento interno. Ulysses não acredita.

Não haverá mais votação em plenário funcionando simultaneamente com as votações da Comissão de Sistematização. Foi o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, quem decidiu isso ontem, alegando não ter sido possível organizar os mais de dez mil destaques apresentados. Para os parlamentares do chamado "centrão", contudo, esse adiamento da votação em plenário foi interpretado como uma "primeira vitória" para conseguir aprovação ao seu projeto de alterar o regimento interno. "O dr. Ulysses deve ter chegado à conclusão de que é preciso dar um tempo para negociar com o nosso grupo", ponderou o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP).

Os coordenadores do "centrão" estavam entusiasmados ontem. Nas próximas 48 horas esperam reunir as 280 assinaturas necessárias para formalizar a emenda de reforma do regimento, a fim de permitir à maioria absoluta da Assembléia apresentação de emendas substitutivas, aditivas e supressivas a dispositivos apresentados pelo relator Bernardo Cabral. Ulysses é contra essas mudanças. Disse não acreditar que o grupo consiga as 280 assinaturas, mas concordou em apreciar o projeto e até colocá-lo em votação, caso o documento seja assinado pela maioria.

Numa reunião informal, ontem, com os coordenadores do "centrão", Ulysses revelou sua preocupação com as notícias de que o grupo estaria disposto a recorrer ao Supremo Tribunal Federal, na tentativa de impedir os trabalhos da Sistematização. Como resposta, ele recebeu a explicação de que o movimento pretende apenas a reforma do regimento. Ulysses tentou ponderar. Mostrou que, com a maioria, eles poderiam apenas aprovar ou rejeitar as matérias da Sistematização. A sugestão não foi aceita: eles argumentaram que algumas emendas que querem rejeitar ficariam sem outras para substituir.

Ulysses não teve outra saída. "Sendo assim, tendo que aceitar a decisão da maioria", concordou ele — o que deixou animados os líderes do "centrão". Ontem, eles garantiram ter 223 assinaturas, que esperam engrossar com o apoio de outros constituintes do PMDB, PFL, PDS, PTB, PDC e PL. O grupo quer modificar particularmente pro-



Ulysses, reunido com os moderados.



Covas, de volta à Sistematização.

postas já aprovadas na Sistematização envolvendo assuntos sócio-econômicos, "em defesa da livre iniciativa".

O sistema de governo e a duração do mandato presidencial, conforme a pretensão do grupo, serão questões abertas. A medida que o "centrão" for presidencialista, poderá ser restabelecido o mandato de cinco anos. Por enquanto, dizem, não há qualquer compromisso nesse sentido.

### Compromissos

Apesar de a ideia básica do "centrão" ser a defesa da livre iniciativa nas votações em plenário, o grupo já apresenta algumas divergências internas. A maioria, por exemplo, discorda da proposta do deputado Expedito Machado (PMDB-CE), de preparar um substitutivo global de novo projeto de Constituição. Os coordenadores do movimento querem a reforma não para substituir o global, mas para provar emendas substitutivas a determinados temas e emendas supressivas e aditivas em outros.

O grupo rejeita também o que chama de "interferências externas", como do consultor-geral da República, Saulo Ramos. Para

apresentar as emendas aprovadas pelo "centrão", o grupo convidaria alguns juristas de São Paulo e do Rio para fornecer assessoria técnica.

A hipótese de recorrer ao Supremo, contudo, foi admitida pelo deputado Expedito Machado, que viu frustrada sua tentativa de suspender os trabalhos da Sistematização. O documento, porém, não foi formalizado por falta de quórum — a ideia nem chegou a ser discutida.

Um dos mais experientes coordenadores do "centrão" acredita que se o grupo conseguir algumas vitórias em plenário, em defesa da livre iniciativa, poderá sensibilizar muitos parlamentares a votar a favor do presidencialismo, com o reforço do PDT e do PTB.

Essa possibilidade foi comentada durante o encontro que os centristas mantiveram com o presidente Sarney anteontem à noite, no Palácio da Alvorada. E eles acreditam que podem sair vitoriosos, "desde que o governo se sensibilize com o problema para valer", sabendo a quem pode ajudar e a quem não deve ajudar.

Alguns deles comentavam ontem que Sarney já teria começado a agir, mantendo

contatos com parlamentares de vários partidos, principalmente do PMDB e PFL, pedindo apoio ao presidencialismo. A ação do Planalto seria paralela à atuação do "centrão", pelo receio de que nem todos que apoiam a rejeição das férias em dobro, por exemplo, rejeitariam o presidencialismo; ou nem todos que rejeitam o parlamentarismo recusam a jornada semanal de 44 horas.

### "Fura Balão"

Ulysses, entretanto, a princípio vê nessa tentativa do "centrão" a possibilidade de a Constituinte ser desestabilizada pelas ameaças internas e externas que vem sofrendo. "Se estão querendo isso, não vão conseguir", desafiou ele ontem. A "opinião nacional", segundo Ulysses, não permitirá que essas ameaças venham a ser concretizadas. "As críticas refletem apenas as contradições da própria sociedade".

O deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) concorda. Diz que a tarefa de Ulysses é evitar o confronto no plenário e que sua arma principal, para isso, é o próprio regimento interno — "que não pode ser desrespeitado, sob pena de permitir infrações que possam prejudicar o resultado dos traba-

lhos". Carvalho, que se auto-intitula "intermediário" entre Sarney e Ulysses, classifica a pretensão do "centrão" como uma espécie de "operação fura-balão" — e poderá resultar, segundo ele, na reabertura de prazo para apresentação de emendas ao plenário. Como outra consequência, Carvalho já previa ontem o restabelecimento da norma que determinava o funcionamento do plenário só depois de terminados os trabalhos da Sistematização.

De fato, isso aconteceu, conforme declaração de Ulysses comunicada ainda ontem. Assim, a Sistematização vai concluir seus trabalhos para então remeter ao plenário um projeto completo e não apenas as partes já votadas e as que fossem sendo liberadas da votação. Para evitar críticas, a Sistematização decidiu, mais uma vez, acelerar os trabalhos. A previsão é de que devem estar concluídas até 30 de novembro, mas muitos parlamentares esperam que isso venha a ocorrer por volta dos dias 16 e 17.

As tentativas do "centrão" de reformar o regimento interno mereceram a simpatia do senador José Richa (PMDB-PR) que, no entanto, ressalvou concordar apenas se a iniciativa ficar limitada a rever pontos aprovados na Sistematização, como jornada de 44 horas semanais, férias em dobro — temas que, segundo Richa, devem ser regulamentados em legislação ordinária.

Mas o deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP) ficou irritado com as ideias do "centrão". E disse não acreditar na possibilidade de o grupo vir a controlar os trabalhos no plenário com o objetivo de reverter os ganhos na área social obtidos na Sistematização. "Não há condições de se destruir todo o trabalho da comissão que, em resumo, é o resultado das lutas encampadas pela classe trabalhadora", afirmou Lula.

Lula, porém, reconhece que muitas das propostas aprovadas poderão ser modificadas em plenário — mas não as questões ligadas aos direitos sociais e trabalhistas, entre elas a que estabelece a jornada de 44 horas por semana. "As críticas feitas à Comissão de Sistematização não são nada mais nada menos que uma tentativa de desprestigiar o que se ganhou no campo social."

## A MAIORIA

O chamado "centrão" diz ter mais de 280 seguidores, embora só tenha conseguido 223 assinaturas até agora. Eles garantem que querem apenas alterar o regimento, e não fazer obstrução.

Os líderes do chamado "centrão" da Assembléia Nacional Constituinte garantem que têm mais de 280 seguidores e, portanto, a maioria dos votos entre os 559 constituintes. O líder do PTB, deputado Gastone Righi, diz que isso não vale nada, "porque o Regimento Interno foi mal feito e, assim, não se pode mais apresentar emendas substitutivas em plenário, sendo possível apenas suprimir pontos já aprovados, ou então ressuscitar emendas apresentadas que não tenham sido votadas, mas sem acrescentar nada de novo".

Righi e outros parlamentares do "centrão" querem modificar o Regimento. Ele explica que está à vontade para apoiar o movimento porque votou contra o Regimento que está em vigor. Lembra que na questão da estabilidade, por exemplo, havia uma emenda dele que previa um mês de salário por ano de serviço do empregado demitido, independente do FGTS. "É uma ideia que poderia ser completada por ou-

tras fórmulas, mas com o atual Regimento praticamente nada poderá ser feito, mesmo que a maioria queira, o que não é nada democrático".

Gastone Righi garante, entretanto, que o PTB não apoiará qualquer ideia de apresentar um novo substitutivo completo. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) também não quer um novo texto, "que seria um desapeço com a Constituinte", mas exige a mudança do Regimento.

"Somos uma força capaz de reunir mais de 280 constituintes e juntos poderíamos boicotar os trabalhos e influir nas votações em plenário, mesmo com o atual Regimento, mas queremos as assinaturas, mudar tudo, justamente para firmar posição, para sermos respeitados, mostrar nosso poder" — explicou.

Cardoso Alves quer não apenas o atual poder de suprimir emendas, mas também o de substituir e ainda o de acrescentar. Já outros membros do grupo não pensam em



Cardoso Alves e Dasso Coimbra

emendas aditivas, mas somente nas substitutivas. Ele reconhece, entretanto, que com o atual Regimento, ficaria difícil conseguir unir e levar ao plenário uma força coesa de 280 constituintes para votar o que já foi aprovado anteriormente. Assim mesmo, ele afirma que o "centrão" tem 356 constituintes nas suas fileiras.

Outro membro do grupo, o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), diz que o

"centrão" tem força para obstruir os trabalhos da Constituinte. "Mas este não é o objetivo e sim modificar coisas aprovadas nas áreas social e de economia, porque na parte política não haveria união para isso". Assim, ele não vê finalidade em sistematicamente obstruir as votações com 280 votos do grupo, embora também pregue a mudança do Regimento para que novas emendas possam ser apresentadas.

Ao final da noite de ontem, o deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ) continuava buscando assinaturas para apresentar o projeto de resolução para modificar o Regimento da Constituinte. As 20 horas ele já tinha conseguido 223 adesões, faltando ainda 47 para a maioria absoluta de 280. "Não haverá problema, chegaremos a mais de 300", garantiu o deputado, que pintou de verde os nomes dos parlamentares contados como seguidores em potencial do "centrão", de azul os prováveis, de vermelho os pouco prováveis e deixando em branco os "impos-

síveis" de serem cooptados.

Dasso Coimbra explicou que apenas oito dos simpatizantes (verdes) não assinaram o documento. Alguns por fazerem parte da mesa, como o senador Jarbas Passarinho, outros por amizade ao relator Bernardo Cabral, como o deputado Gerson Peres (PDS-PA). Além disso, ele contesta o senador Mário Covas que desafiou o "centrão" a demonstrar sua força votando contra em plenário usando seus pretensos 280 adeptos. "O problema não é apenas vetar o que está mal, mas mudar para melhor e, por isso, é preciso reformular o Regimento" — insistiu.

Dasso acrescentou que se as 280 assinaturas forem conseguidas, eles pedirão ao deputado Ulysses Guimarães que dispense a tramitação burocrática do projeto de resolução, que em média leva 20 dias. O objetivo do projeto, segundo explicou, é dar mais força na nova Carta à livre iniciativa, principalmente nos setores de saúde e educação.

## O REGIMENTO

As emendas que ainda podem ser apresentadas: só supressivas.

Pelo regimento da Constituinte, novas emendas ao texto em exame da futura Constituição só poderão ser apresentadas quando da discussão em segundo turno e, assim mesmo, somente supressivas ou destinadas a sanar omissões, erros ou contradições, ou de redação para correção de linguagem.

Para a votação em primeiro turno — que é a fase em que se está para entrar — a Assembléia Nacional, não havendo alteração no regimento, terá de trabalhar com o material existente, que é constituído praticamente de todas as mais de 40 mil emendas apresentadas desde o funcionamento das subcomissões temáticas.

No plenário, a votação será feita por títulos ou capítulos, ressalvadas as emendas e os destaques concedidos. Votado o título ou capítulo, a Assembléia Nacional deliberará, em seguida, sobre os destaques a ele referentes. As emendas, segundo o regimento, serão votadas em bloco, tanto as que tenham parecer contrário quanto as que tenham parecer favorável, ressalvadas também as que forem destacadas para exame em separado.

Depois que o plenário concluir a votação, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, para que esta elabore a redação do texto

que será discutido e votado em segundo turno. Dessa vez, o texto permanecerá até 15 dias na ordem do dia, sendo vedada a apresentação de novas emendas, "salvo as supressivas e as destinadas a sanar omissões, erros ou contradições, ou de redação para correção de linguagem".

Se houver emendas, a Comissão dará parecer sobre elas e o texto voltará ao plenário, quando então será votado globalmente, ressalvadas as emendas e os destaques requeridos e concedidos. Daí para a frente se entrará na fase da redação final — e então dentro de um prazo de 15 dias a votação estará concluída e a nova Constituição pronta para ser promulgada.

Essa fase da redação final poderia, no entanto, ser suprimida se o projeto fosse aprovado em segundo turno sem destaques ou emendas. Nesse caso, logo depois de concluídas as votações, o presidente da Assembléia Nacional poderia convocar a sessão especial destinada à promulgação da Constituição, da qual, ainda segundo o regimento, serão feitos cinco autógrafos, ou seja, cinco textos "originais", destinados à presidência da República, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Supremo Tribunal Federal e ao Arquivo Nacional.

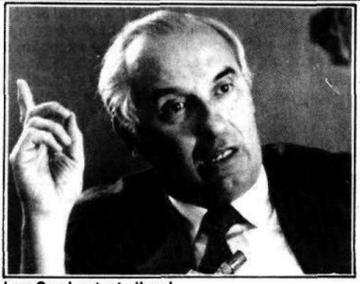
## Parecer: a Constituinte não é soberana. O regimento, errado.

Se os deputados constituintes pretendem aprovar um texto final que não possa ter sua legalidade contestada, devem abandonar já o Regimento Interno da Constituinte — totalmente inconstitucional no que se refere ao processo de aprovação do texto definitivo.

Esse é o parecer do jurista Ives Gandra da Silva Martins, professor titular de Direito Econômico da Universidade Mackenzie, ao responder a consulta de diversos parlamentares, filiados a várias agremiações. Segundo Ives Gandra, em primeiro lugar é preciso deixar claro que a Constituinte não é soberana e absoluta, pois a emenda constitucional nº 28/85, que a convocou, limitou-lhe os poderes.

Na verdade, como destaca o jurista, nem mesmo há uma Assembléia Constituinte, mas apenas um Parlamento com poderes constituintes derivados, idênticos àqueles existentes desde 1967, com a promulgação da atual Constituição. Quando foi promulgada a Constituição de 67, fixou-se que ela poderia ser alterada por metade mais um dos membros do Congresso. Mais tarde, esse quórum foi elevado para 2/3 dos membros do Congresso. E agora volta a ser de metade mais um.

Ives Gandra esclarece que o artigo 3º da emenda convocando a Constituinte estabelece que o texto da nova Constituição deve ser aprovado "em dois turnos de discussão e



Ives Gandra: texto ilegal.

votação, pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte". Assim, o mesmo texto completo terá que ser aprovado em duas votações nominais por metade mais um dos membros da Constituinte, segundo estabelece a emenda 28/85.

Mas o Regimento Interno, no § 4º do artigo 30, estabeleceu diferente: que a redação final se fará em votação única, pelo processo simbólico e maioria simples de votos.

Ora, o artigo 3º faz menção à discussão e votação em dois turnos de um texto. Só pode ser o mesmo, visto que se houver um texto diferente do primeiro, no segundo turno, este seria aprovado numa única votação e não em duas. Assim sendo, a única interpretação possível é a de que, uma vez firmado um texto, definitivo, deverá ele ser levado a duas votações consecutivas e deverá obter 280 votos nominais, pelo menos, em ambas.

Por ser norma constitucional, o artigo 3º prevalece, em nível de hierarquia das leis, sobre o Regimento Interno da Constituinte. Outra conclusão de Ives Gandra: é im-

possível levar ao plenário um texto fragmentado, parcial. Ou seja, enquanto a Comissão de Sistematização não encerrar seu trabalho o texto parcial não pode ser levado ao plenário, por falta de uma visão em conjunto. Em outras palavras, o plenário deve exigir que lhe seja remetido o projeto original, para aprová-lo ou rejeitá-lo.

E, finalmente, o grupo que pretender apresentar um texto deliberativo por completo poderá fazê-lo, por força da emenda 28/85, sem se submeter ao inconstitucional Regimento Interno.

### Golpe

Enquanto em Brasília juristas lembravam ao comentarista político Carlos Chagas que a Constituinte não é tão soberana como pensa, pois o Supremo Tribunal Federal examinou seu Regimento Interno e desprezou a norma que manda pedir licença para processar seus membros, no Rio de Janeiro o ex-ministro Clóvis Ramalhe, aposentado do STF, assinalou que a Constituinte "luta contra sua natureza".

Ela tem poderes derivados da Constituição de 67, mas busca, em lances dramáticos, tornar-se soberana. Episódios como a adoção do parlamentarismo e a anunciada diminuição do mandato presidencial constituem momentos cruciais da insurreição da Constituinte contra a ordem pré-estabelecida.

Para o jurista, se a Constituinte lograr insubordinar-se de fato, haverá um golpe de Estado. "Chama-se golpe de Estado a tomada do poder por pessoa ou grupo que já está no poder. O golpe de Estado pelo Legislativo também existe. Exemplo no Brasil é a decisão da maioria de Pedro II, contra a Constituição e com usurpação dos poderes do Senado."

## PT nas ruas. Agora, em defesa do texto de Cabral.

"A Constituinte não está sendo atacada pelo que ela conseguiu de positivo, mas exatamente por ter obtido avanços que contrariam alguns setores da sociedade." E corre riscos, segundo o secretário-geral do Partido dos Trabalhadores, Olívio Dutra.

Para evitar esses riscos, o PT decidiu neste fim de semana, numa reunião do seu diretório nacional, empenhar-se numa campanha de ampla mobilização popular para defender "a soberania e o papel da Constituinte na conjuntura brasileira" e "preservar os avanços da Comissão de Sistematização", disse Olívio Dutra. A mobilização começa, nos próximos

dias, com a distribuição em portas de fábrica, estações do metrô, filias de ônibus ou em qualquer ponto de concentração de pessoas, do "Constituinte Urgente", um panfleto com a tiragem de um milhão de exemplares. Nele, a população está sendo convocada a "brigar" por dez direitos que o PT considera fundamentais no texto de Bernardo Cabral. Ou seja: o direito à jornada semanal de trabalho de 40 horas; o direito ao trabalho, à greve, à liberação sindical, à aposentadoria, o direito à soberania nacional e à soberania popular; o direito à terra, à habitação; e o de eleger o presidente da República.

Estes setores da sociedade contrariados com as recentes decisões da Comissão de Sistematização são, segundo Olívio Dutra, "o próprio presidente da República, incluídas as forças políticas que o apoiam, o empresário nacional, os setores fisiológicos dos partidos que dão sustentação ao governo, os interesses multinacionais, e os latifundiários brasileiros".

Setores que estão, ainda segundo o dirigente petista, tentando incompatibilizar a Constituinte com a opinião pública. "O fato de a Comissão de Sistematização ter saído do script que essas forças tinham em mente irritou muita gente." A consequência, se-

gundo ele, "é que querem dar um golpe contra a Comissão de Sistematização, anulando o que se aprovou até agora e deixando para o plenário a discussão do texto constituinte. Mas o texto não seria o de Bernardo Cabral, mas o de Saulo Ramos, encomendado pelo presidente Sarney. Há um complô que inclui alguns constituintes, governo e empresários que, inclusive têm-se reunido no hotel Nacional em Brasília. Através de muito dinheiro eles querem reverter o processo de discussão da Constituinte, fazendo com que se altere o regimento interno e possa fazer-se uma discussão não do que foi aprovado na Sistematiza-

ção, mas do que o governo quer ver discutido", afirmou.

Além da questão da Constituinte o diretório nacional do partido quer mobilizar a população novamente na defesa das eleições diretas após a promulgação da Constituição. "Queremos eleições para presidente e a renovação do Congresso logo que terminem os trabalhos constituintes e no final do ano eleições para prefeitos, vereadores, governadores e Assembleias Legislativas. Mas não defendemos eleições gerais com a dissolução da atual Constituinte, porque essa proposta é a do Delfim Netto, uma proposta de direita."